I — Editorial

A primeira RDA de 2014 se inicia com a contribuição de Bruce Ackerman, que é professor da Universidade de Yale e renomado filósofo do direito. Ao resgatar Montesquieu em sua análise, o autor afirma que a ideia de três Poderes ignora o surgimento, em nível mundial, de novas formas institucionais que não podem ser categorizadas como legislativas, judiciais ou executivas. Cita, como exemplo, a independência dos Bancos Centrais e os reguladores independentes das eleições.

Em seguida, Alexandre Faraco, Caio Mario da Silva Pereira Neto e Diogo Coutinho debatem o tema da judicialização das telecomunicações no artigo “A judicialização de políticas regulatórias de telecomunicações no Brasil”. Os autores apresentam os resultados de uma pesquisa que realizaram sobre o número e o perfil das ações judiciais referentes a telecomunicações no Brasil.

Rafael Maffini e Josiane Rigon, por sua vez, discutem no artigo “A proteção ressarcitória do Estado e o princípio da proteção da confiança” a responsabilidade civil do Estado nos casos de alteração das normas indutivas e do não cumprimento das promessas estatais. Portanto, buscam analisar a frustração da expectativa do indivíduo quando depositada a confiança em determinada conduta estatal.

Sempre atenta às transformações contemporâneas do direito público, a RDA também apresenta o artigo “As parcerias público-privadas na administração pública moderna”, de autoria de Luciana Gaspar e Raquel Lemos. As autoras buscam analisar as contradições dos contratos de concessão das parcerias público-privadas e verificar se eles caracterizam uma forma mais eficiente para a prestação de serviço público.

Outro assunto fundamental do direito administrativo atual é justamente a questão ambiental. No artigo “Código Florestal e Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: normatividades autônomas”, Paulo de Bessa Antunes realiza uma vasta discussão doutrinária do assunto, além de evidenciar os caminhos jurisprudenciais já traçados.

Em seguida, Amauri Feres Saad apresenta o artigo “Permuta de bens públicos imóveis”. O autor discute o regime jurídico aplicável à permuta de bens públicos imóveis no âmbito federal a partir da conjugação dos critérios de propriedade e de dominialidade pública. Inclusive, analisa a constitucionalidade da exigência de autorização legislativa para a permuta e a dispensa de licitação.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Flavio Amaral Garcia apresentam um tema controverso e muito presente no cotidiano da gestão pública: a contratação pública emergencial em desastres naturais. No artigo “Desastres naturais e as contratações emergenciais”, os autores tomam como referência a legislação brasileira sobre o assunto e buscam apresentar as formalidades exigidas e os caminhos jurídicos deste tipo de contratação.

Encerrando a primeira parte da RDA, José Vicente Santos de Mendonça apresenta o artigo “A verdadeira mudança de paradigmas do direito administrativo brasileiro: do estilo tradicional ao novo estilo”. O autor argumenta que a verdadeira mudança de paradigmas do direito administrativo não ocorreu com a ascensão, teórica e prática, de ideias como a relativização da noção de supremacia do interesse público, mas com uma mudança na abordagem metodológica e conceitual da disciplina.

A segunda parte da RDA se inicia com o parecer de Marcelo Figueiredo intitulado “Inconstitucionalidade da ‘cassação’ de aposentadoria no Brasil”. O autor busca refletir sobre os aspectos legais e jurisprudenciais da denominada “cassação de aposentadoria”, concluindo pela inconstitucionalidade deste assunto.

Em seguida, é apresentado o voto do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a constitucionalidade da defesa da legalização das drogas. O ministro discute o conflito entre, de um lado, a liberdade de expressão e de reunião e, de outro, uma eventual ação de apologia às drogas. A sua conclusão é pela exclusão de qualquer exegese que possa ensejar a criminalização da defesa da legalização das drogas, ou de qualquer substância entorpecente específica.

Após, é apresentado o voto da conselheira Ana Frazão, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a respeito da possibilidade de

aquisição, por parte da OGX, de participação de 40% detida pela Petrobras em contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás no Bloco BS-4. A conclusão da conselheira é pela aprovação da aquisição, sem restrições.

Encerrando este volume da RDA, temos o voto do conselheiro José Lucio Munhoz, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que analisa os limites e possibilidades de utilização de armas por membros do Poder Judiciário, considerando o Estatuto do Desarmamento. A conclusão do conselheiro aponta para uma Minuta de Resolução do CNJ que regulamente o porte de armas, que segue em anexo ao voto.

Os editores da RDA desejam a todos um excelente ano. Não há dúvidas de que será um ano especial para o direito brasileiro e que serão observadas discussões fundamentais de direito público. A RDA estará sempre sensível a estas transformações e comprometida com a democracia e o estado de direito.